

Arquipélago dos Açores e Litoral Catarinense

Século XVIII a XXI

JOI CLETISON

Após a dissolução da União Ibérica em 1640, iniciou-se a disputa pelas terras do Brasil Meridional. Na época, as coroas portuguesa e espanhola assinaram o Tratado *uti possidetis*, reconhecendo que o dono de um território seria quem nele estivesse estabelecido. Começa, então, a corrida entre Portugal e Espanha para ocupar o território anteriormente demarcado pelo Tratado de Tordesilhas.

Portugal cria a capitania de Santa Catarina, em 1739, e nomeia como primeiro governador o Brigadeiro José da Silva Paes, engenheiro e grande estrategista militar, que constrói várias fortalezas para proteção da Ilha de Santa Catarina, das barras dos rios Grande e Uruguai. Em 1746 foi publicado nos Açores Edital Régio, convocando casais para migrarem para o sul do Brasil.

A saga dos colonizadores açorianos, que em meados do século XVIII aqui chegaram marcou indelevelmente a cultura regional, numa das importantes operações de transferência de população realizada pelo Império Português em toda a sua história. No curto período de oito anos foram transportados para a Ilha de Santa Catarina, para o litoral catarinense e para o Rio Grande do Sul, mais de 6 mil açorianos, mesclados com madeirenses e portugueses continentais.

Para um arquipélago que possuía população de pouco mais de 140 mil habitantes, distribuídos em nove ilhas – Terceira, Pico, Graciosa, São Jorge, Faial (região central); Santa Maria, São Miguel (região oriental); Flores e Corvo (região ocidental) –, a saída de tão considerável número de pessoas causou forte impacto em muitas vilas dos Açores, notadamente as da região central, que pediram providências à Coroa Portuguesa para estancar a sangria demográfica.

Ainda que habitando o Arquipélago dos Açores, a população estava distribuída em três regiões administrativas diretamente subordinadas à Metrópole, o que gerava rivalidades regionais. Consciente destas rivalidades, os organizadores do processo da

Fotos do autor



Bandeira do Divino e arquitetura em São José – SC.

emigração açoriana para o Brasil, ocorrida entre 1748 e 1756, transferiram estruturas sociais estáveis, com presença majoritária dos habitantes de determinada ilha na organização da freguesia, ou seja, na consolidação da unidade político-administrativo-religiosa vinculada ao Império Português.

A exemplo desta concentração de pessoas podemos citar as pesquisas de Vilson Farias, que estudou algumas freguesias do litoral catarinense, e constatou que a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito da Terra Firme concentra faialenses; a de São José da Terra Firme são-jorgenses e a de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa da Ilha de Santa Catarina, maioria terceirenses, ainda que habitantes de outras ilhas nelas estivessem presentes.

Para a Coroa Portuguesa, os açorianos que tinham preferência de embarque no Porto de Angra do Heroísmo eram as famílias constituídas. A estratégia de migração em casais para o sul do Brasil funcionou muito bem. Com esta política, as famílias permaneceram nos



Fortaleza São José, grupo folclórico em Florianópolis e renda de bilro

loais onde foram assentadas, e isto constituiu a maior contribuição para a manutenção da cultura que trouxeram – o modo de ser e fazer, a religiosidade, as lendas, crenças e mitos. Aqui reproduziram o modo de vida que tinham nos Açores: as formas de trabalhar a terra, construir casas, produzir roupas e utensílios, preparar alimentos, cultivar a fé e, também, de se divertir com músicas e danças.

Passados mais de 260 anos do processo migratório, o povo do litoral catarinense ainda mantém fortes traços originais da cultura multissecular implantada no século XVIII pelos colonizadores açorianos.

A expansão horizontal desta população ao longo da costa catarinense e fundo dos vales litorâneos influenciou na construção da identidade regional com forte matriz cultural açoriana. Embora esta cultura ao logo deste período tenha sofrido influência da de outros povos, como indígenas e africanos, e alemães, italianos, poloneses que chegaram um século depois, podemos certamente afirmar que há, na identidade cultural do catarinense do litoral, a herança açoriana. Para caracterizá-la, usamos a expressão do historiador Vilson Farias, “cultura de base açoriana”. Cultura esta fortemente marcada pela religiosidade que perpassa folclore, lendas e mitos, literatura popular, hábitos e costumes, artesanato, arquitetura, brincadeiras infantis e gastronomia.

A dificuldade em manter esses valores originais tornou-se verdadeiro desafio diante da expansão do turismo balneário na região, e do avanço das mídias, que introduziam novos padrões de comportamento e apelos mercadológicos, colocando em risco de desaparecimento os tradicionais. Então, o que fazer?

O Núcleo de Estudos Açorianos – NEA da Universidade Federal de Santa Catarina foi criado no ano de 1984, com objetivo de investigar a epopeia açoriana no sul do Brasil. Muitas pesquisas foram feitas, mas os resultados não foram devolvidos à comunidade. Em 1992, um grupo de idealistas ousou romper os limites acadêmicos, propondo ações interativas, envolvendo pesquisadores universitários, leigos, administrações públicas e privadas, numa verdadeira cruzada em defesa da cultura de base açoriana. Pesquisar, interagir culturalmente, promover eventos, capacitar professores, pesquisadores e integrantes de grupos culturais locais, orientar projetos de revitalização cultural foram ações que provocaram verdadeira revolução no litoral catarinense.

O orgulho pela identidade açoriana se tornou forte componente regional, produzindo verdadeira revitalização cultural, com a retomada de grupos folclóricos e valores culturais em risco de desaparecimento.



Cortejo da festa do Divino Espírito Santo na comunidade de Santo Antonio de Lisboa. Florianópolis – SC

A coordenação deste trabalho à frente do Núcleo de Estudos Açorianos, entre 1992 e 2000, foi do professor Vilson Francisco de Farias e teve a participação fundamental de Francisco do Vale Pereira, Gelci José Coelho, Nereu do Vale Pereira, Eugênio Lacerda, Sileide Lisboa, Acir Osmar de Oliveira, Ana Lúcia Coutinho, do autor deste texto e de dezenas de outros colegas, que formaram e ainda integram o Conselho Deliberativo do NEA. Em 2000 assumi a coordenação, que permanece sob minha orientação.

Desde as primeiras reuniões, no início dos anos de 1990 até os dias atuais, realizaram-se centenas de cursos de capacitação, envolvendo milhares de pessoas, especialmente professores que atuam no ensino fundamental e médio. Além disso, organizaram-se festas em prol da valorização e reoxigenação da cultura, tornando-a referencial regional, e revitalizaram-se dezenas de grupos folclóricos e diversas práticas culturais. Esta dinâmica continua surpreendendo o meio universitário, pois se mantém em plena ação por mais de duas décadas, sob a liderança de um Conselho Deliberativo formado por mais de 50 instituições.

O trabalho do Núcleo de Estudos Açorianos, da Universidade Federal de Santa Catarina, liderando as ações no litoral catarinense, juntamente com o governo da Região Autônoma dos Açores é uma experiência única de parcerias interinstitucionais, que independe de cores nacionais, partidárias ou de níveis sociais, em prol da defesa e valorização da cultura popular, e abrange a área de 15 mil quilômetros quadrados, numa extensão de 500 km de costa atlântica onde vivem mais de 1,5 milhões de habitantes, em 45 cidades que ainda mantêm a cultura de base açoriana.

O amor e a persistência são forças que nos movem em defesa da cultura popular de base açoriana de Santa Catarina!

JOI CLETISON

Historiador

Diretor do NEA da Universidade Federal de Santa Catarina